



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84398/2025**

**DATA DA REALIZAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA: 09/03/2026**

**LOCAL: Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu – Paraná**

**[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) “Acesso Identificado”**

**1.1.** O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, **na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 32.398 de 28 de março de 2024, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022,** a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS ESSENCIAIS (especificamente os itens: Alimento a base de soja, Óleo de soja, Óleo de girassol, Suco de maçã integral e Pão de hambúrguer tipo brioche), declarados fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 36/2025 e nº 77/2025.

**1.2.** O valor máximo da presente licitação é R\$ 659.395,50 (seiscentos e cinquenta e nove mil trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

**DATA: 09/03/2026 às 09h00**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h00**

**SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**PREGOEIRO: Willian Simão Soares de Souza**, designado pela Portaria nº 80.809/2025 de 17 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 5.163/2025.

Fone: (45) 3521-1370 e-mail: [williaansimao@gmail.com](mailto:williaansimao@gmail.com)

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30.

Praça Getulio Vargas, nº 280 – Centro - Foz do Iguaçu – PR.

**Acesso identificado no link – <https://www.gov.br/compras/pt-br>**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



## DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Modelo I – Declaração Anticorrupção;
- Modelo II – Modelo de Proposta Comercial.
- Anexo I – Itens da Licitação;
- Anexo II – Termo de Referência;
- Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

## 1 - DO OBJETO

**1.1** O objeto do presente pregão é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS ESSENCIAIS (especificamente os itens: Alimento a base de soja, Óleo de soja, Óleo de girassol, Suco de maçã integral e Pão de hambúrguer tipo brioche), declarados fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 36/2025 e nº 77/2025.

**1.2** A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame.

**1.2.1** **Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do Termo de Referência.**

## 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

**2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Acesso Identificado).

**2.2** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

**2.2.1** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.3** Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.4** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**2.4.1** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.2** Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.3** Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.4** Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.5** Encontre-se em processo de dissolução ou liquidação.

**2.4.6** Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**2.4.7** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

**2.5** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o(a) Pregoeiro(a) realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**2.5.1** SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021:

*“Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação; Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação”*

**2.5.2** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.5.3** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;

**2.5.4** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.6** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**2.7** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**2.7.1** Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade ou vulto, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório.

### 3 – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

**3.1** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2** A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário do item**, observados o quantitativo e/ou a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

**3.2.1** Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do(s) item(ns) e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula**, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, incluindo frete, tributos e encargos sociais.

**3.2.2** Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

**3.3** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

**3.4** O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições constantes no Edital e Termo de Referência (Anexo I).

**3.5** A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**3.6** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**3.7** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**a) Condições de participação.**

**a.1)** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**a.2)** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

**b) Declarações para fins de habilitação**

**b.1)** Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



b.2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

b.3) Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

b.4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

b.5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

c) **Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**

c.1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

c.2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

3.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de **“90(noventa) dias”**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

**4 – DA SESSÃO PÚBLICA**

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [williaansimao@gmail.com](mailto:williaansimao@gmail.com) sob pena



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**4.3** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**4.4** Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**4.6** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **5 – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

**5.1** A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**5.2** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

**5.3** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

**5.3.1** -Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

**5.3.2** Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

**5.4** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

**5.5** Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

## **6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6.2** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**6.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

**6.4** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.5** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**6.5.1** Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.2** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

**6.5.3** Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**6.6** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

**6.6.1** A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.7** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

**6.7.1** A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**6.8** Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0.25% sobre o valor unitário do item.

## **7 - DO JULGAMENTO**

**7.1 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM/GRUPO.**

**7.2** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame previstas no Capítulo 2, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2.1** SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021, conforme item 2.5.1;

**7.2.1.1** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**7.3** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação, o(a) Pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

- 7.4** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5** Caso conste a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 7.6** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.7** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.8** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro (a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:
- 7.8.1** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- 7.8.2** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 7.9** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.
- 7.10** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

## **8 – DA NEGOCIAÇÃO**

**8.1** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificadas observadas o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**8.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**8.3** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## **9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**9.1** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo I do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**9.2** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo (02) duas horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

**9.2.1** Para fins de contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o período em que a sessão estiver suspensa pelo Pregoeiro.

**9.3** Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

**9.4** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada pela licitante feita no chat ou e-mail antes de findo o prazo, ou de ofício a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da proposta.

**9.5** O não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, implicará desclassificação e sujeição às sanções previstas neste edital.

**9.6** A proposta será **desclassificada** quando:

**9.7** As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

**9.8** Contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

**9.9** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

**9.9.1** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**9.9.2** Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências, para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**9.9.3** Em caso de indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

**9.10** Com fundamento nos art. 9º, § 2º, item 6 e § 3º, da Resolução nº 002 de 10 de janeiro de 2002 – FNDE, bem como com fulcro no art. 33, §5º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, poderá ser solicitada a apresentação de amostras pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido.

**9.11** Sendo assim, havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que será avaliada na data, local e horário a serem divulgados pelo agente de contratação por mensagem no sistema.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.12 Ademais, em observação aos princípios de publicidade e transparência, será facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais licitantes, no procedimento de avaliação das amostras.
- 9.13 Serão exigidas amostras de todos os itens licitados,
- 9.14 As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal da Educação, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 3287, bairro América, CEP: 85864-000, aos cuidados do setor de Alimentação Escolar (Sala 07, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00), no prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 9.15 Os testes a serem executados sobre as amostras estão definidos a seguir, sendo que para estabelecer os critérios a serem analisados, separou-se os itens em grupos conforme segue:

<ul style="list-style-type: none"><li><b>Grupo 1</b> – Óleos, sucos e outros líquidos: óleo de soja, óleo de girassol, vinagre de álcool, sucos integrais (uva, maçã), leites, cremes.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aparência (cor uniforme, ausência de resíduos ou separação de fases).</li><li>- Odor e sabor característicos, sem sinais de ranço.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li><b>Grupo 2</b> – Pães: Pão de brioche</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Será avaliada a maciez do produto, embalagem e rótulo de acordo com a especificação solicitada</li></ul>

- 9.16 Além das características específicas de cada grupo, serão observados obrigatoriamente os seguintes aspectos em todas as amostras apresentadas:
- 9.17 Embalagem: deve estar íntegra, sem violação, adequada ao produto, resistente ao transporte e ao armazenamento.
- 9.18 Rotulagem: deve atender integralmente à legislação vigente, principalmente pela RDC nº 429/2020 e IN nº 75/2020 da Anvisa contendo informações claras, legíveis e em língua portuguesa sobre denominação de venda, lista de ingredientes, alergênicos, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso/volume e identificação do fabricante.
- 9.19 Lista de ingredientes e composição: deverá estar em conformidade com o que foi ofertado na proposta, sem adição de substâncias não previstas ou que comprometam a qualidade nutricional.
- 9.20 A exigência de amostras justifica-se pelo seguinte:
- 9.20.1 Histórico de contratações anteriores em que houve recebimento de produtos de baixa qualidade, com alteração de sabor, odor, textura e até embalagens em desconformidade.
- 9.20.2 Risco à saúde e à segurança alimentar dos beneficiários, especialmente considerando que os produtos destinam-se à alimentação escolar.
- 9.20.3 Verificação prévia da adequação das embalagens, rotulagem e composição dos produtos, o que evita a entrega de itens impróprios, inadequados ou em desconformidade com a legislação.
- 9.20.4 Garantia da economicidade do processo, prevenindo desperdícios, devoluções e necessidade de substituição de produtos.
- 9.20.5 Atendimento ao princípio da eficiência administrativa, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados em produtos de qualidade comprovada.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.21 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 9.22 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 9.23 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e disponibilidade no portal da transparência municipal.
- 9.24 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.25 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 9.26 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 9.27 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, fichas técnicas ou catálogos impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 9.28 Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, o Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 10(dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, **de forma imediata**, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso**.

## 10 – DA HABILITAÇÃO

- 10.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
- 10.8 Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.9 Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.
- 10.10 A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

### 10.11 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.11.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.11.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- 10.11.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 10.11.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 10.11.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 10.11.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 10.11.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.12 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 10.12.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 10.12.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.12.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 10.12.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 10.12.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.12.6** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- 10.12.7** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.12.8** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**10.13 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:**

- 10.13.1** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
- 10.13.2** Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal), na forma previsto na lei.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**10.13.3** A empresa licitante deverá apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da própria empresa. Este documento é obrigatório para todos os itens licitados, com especial atenção aos itens mencionados no subitem 5.4 deste Termo de Referência.

10.13.3.1 Caso a empresa esteja dispensada da apresentação de Alvará de Funcionamento, deverá apresentar documento oficial emitido pelo órgão competente que comprove a referida dispensa, ou declaração formal, sob as penas da lei, informando que a atividade exercida não exige a emissão do referido alvará, acompanhada da legislação ou norma que fundamente tal dispensa.

**10.14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.14.1** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.14.1.1 Nos termos da IN nº 03 de 26 de abril de 2018, para as empresas cadastradas no SICAF, as quais estejam com as Certidões inseridas no sistema, quando não constar a data de validade na referida Certidão o prazo de validade será de 1(um) ano.

10.14.1.2 No Estado do Paraná, é adotado o Provimento nº 294/2020 do TJ/PR, cujas Certidões de Falência e Concordata não possuem prazo de validade, na forma do art. 96, § 5º do Código de Normas da E. Corregedoria -Geral da Justiça do Estado do Paraná e o QR Code constante nas Certidões são meramente para fins de autenticação, não confundindo-se com a validade da Certidão em si.

10.14.1.3 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta economicamente e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão n. 1201/2020 do Tribunal de Contas da União-TCU-Plenário).

**10.14.2** Declaração Anticorrupção, conforme **Anexo V** (não se constitui em documento da habilitação, mas poderá ser solicitado em diligência). Recomenda-se enviar junto com a proposta de preços ajustada após lance final.

**10.15 VERIFICAÇÃO E SOLICITAÇÃO DA HABILITAÇÃO:**

**10.15.1** Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

**10.15.2** O prazo para envio dos documentos de que tratam os itens 10.5 a 10.8 é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.15.3** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.15.4** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedido pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**10.16** A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

**10.17** Encerrado o prazo para envio dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, **poderá solicitar à licitante o envio de novos documentos de habilitação ou documentação complementar**, por meio do campo de “diligência” do sistema, mediante decisão fundamentada, para:

**10.17.1** A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes **de fatos pré-existentes à época da abertura do certame, em atenção ao princípio do formalismo moderado em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021;**

**10.17.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.17.3** A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

**10.17.4** Confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação.

**10.18** A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.9.2 e, findo o prazo assinalado pelo Pregoeiro para esse fim, sem o envio da nova documentação, **restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

**10.19** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**10.20** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**10.21** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**10.21.1** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**10.21.2** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**10.22** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.22.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**10.22.2** A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.23** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180(cento e oitenta) dias corridos.

**10.23.1** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**10.24** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**10.25** Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**10.25.1** Identidade dos sócios;

**10.25.2** Atuação no mesmo ramo de atividades;

**10.25.3** Data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**10.25.4** Compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

**10.25.5** Identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**10.25.6** Identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

**10.26** Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5(cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**10.27** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada à outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**10.28** Inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração.

**10.29** Relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

**10.30** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**10.31** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**10.32** Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10(dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

## **11 – DO RECURSO**

**11.1** A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

**11.2** Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3(três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**11.3** Para a efetivação do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

**11.4** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**11.5** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**11.6** O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**11.6.1** O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

**11.7** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

## **13 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de **5(cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista neste edital.**

**13.1.1** O prazo de convocação de que trata o item 13.1 poderá ser prorrogado 1(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração,

**13.2** Somente será permitida a assinatura eletrônica do contrato/da Ata, o qual no Município de Foz do Iguaçu/PR é realizado da seguinte forma:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O responsável, pela assinatura da Ata, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

As dúvidas acerca das questões atinentes ao Cadastro e assinatura do Contrato devem ser dirimidas no setor de Contratos da Diretoria de Licitações e Contratos, telefones: (45) 3521-1400 com Senhor Ricardo ou Maicon.

**13.3** O Município enviará a Ata para assinatura da licitante no e-mail previamente cadastrado pela empresa, no link acima descrito, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 13.1, sendo responsabilidade do licitante o seu cadastro nos sistemas indicados.

**13.4** Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a ata ou executar o objeto, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e em seus anexos, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração, desde que dentro do prazo de validade da proposta.

**13.5** Nas hipóteses previstas no item 13.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo 9 – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo 10 – Da Habilitação.

**13.6** A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**13.7** A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

**13.8** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

**13.9** Poderá ser contratada quantidade ou estimativa de gastos inferior ao registrado e, até mesmo, inexistir contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.

**13.10** Não será admitido o ingresso de novos interessados após a assinatura da Ata de Registro de Preços, de modo que os licitantes interessados deverão manifestar interesse em compor o cadastro de reserva quando solicitado pelo Pregoeiro, antes da adjudicação.

**13.11** Por ocasião da assinatura da ata, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º da Lei nº 14.133/2021.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

#### **14 DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES**

- 14.1** Durante a vigência da Ata, em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a ata ou executar o objeto, a Administração poderá convocar, eletronicamente, observada a ordem de classificação, todos os licitantes remanescentes para que manifestem interesse na celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou, se mantém o seu último lance, já acompanhadas de proposta, planilha de custos e documentos de habilitação.
- 14.2** Consideram-se as mesmas condições do valor adjudicado na licitação o valor atualizado do contrato em rescisão que tenha sido reajustado, repactuado ou reequilibrado.
- 14.3** Independentemente da composição de custos apresentada pelo interessado, o valor adjudicado obedecerá às condições acima.
- 14.4** No ato de convocação dos licitantes, as remanescentes, a Administração deverá informar o valor atualizado do contrato, definido nos termos do item 14.2.
- 14.5** O prazo para manifestação de interesse será de 48 horas contadas do envio da convocação eletrônica, sendo considerada como negativa de interesse a ausência de resposta.
- 14.5.1** Excepcionalmente o prazo poderá ser reduzido para 24 horas, considerando a situação de urgência.
- 14.6** No caso de propostas iguais, a ordem de classificação do certame definirá o desempate.
- 14.7** A Administração poderá negociar com o proponente da melhor oferta com vistas à obtenção de menor preço.
- 14.8** Somente será analisada a documentação de habilitação da melhor proposta.
- 14.9** Para a contratação, deverá ser observado o disposto no Capítulo 9 – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo 10 – Da Habilitação.
- 14.10** A convocação dos fornecedores se dará através de e-mail, a ser enviado para o endereço eletrônico cadastrado no SICAF.
- 14.11** O ato de convocação deverá ser juntado no processo administrativo.

#### **15 – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1** A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 meses, contado da publicação no Diário Oficial do Município.
- 15.1.1** Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12(doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permaneçam vantajosos e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**16 – DA PARTICIPAÇÃO E ADEÇÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

**16.1** O Município de Foz do Iguaçu/PR é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

**16.2** Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação, uma vez que a Secretaria demandante é a única contratante.

**16.3** É vedada a participação do órgão em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**17 – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1** A Secretaria demandante, será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

**17.2** A convocação do fornecedor beneficiário pelo Município será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinar o contrato/receber a Nota de Empenho e atender ao pedido, quando for o caso.

**17.3** O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não assinar o contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

**17.4** Quando configurada a hipótese acima, o Município poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida à ordem de classificação do certame, na forma do item 14 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

**18 - DO REAJUSTE E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** O contratado sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para fins de reajuste.

**18.2** O órgão gerenciador poderá consultar a possibilidade de o(s) fornecedor(es) registrado(s) renunciar(em) parcial ou totalmente o reajuste.

**18.3** A ata de registro de preços poderá ser revisada para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a permanência do valor registrado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento convocatório.

**18.3.1** O fornecedor registrado poderá solicitar a revisão da ata de registro de preços, desde que apresente documentação robusta e indique claramente os motivos de fato e de direito que geram o dever de revisão da ata de registro de preços.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



18.3.2 O órgão gerenciador avaliará o pedido de revisão e decidirá no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, observando os mesmos requisitos aplicáveis à revisão contratual definidos ao art. 296 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e 240 §§2º e 3º.

18.3.3 A falta de documentos ou informações indispensáveis à análise do pedido de revisão interrompem o prazo do parágrafo anterior, desde que o órgão gerenciador notifique expressamente o fornecedor e indique o que está faltando.

18.3.4 O órgão gerenciador poderá solicitar subsídios com os órgãos participantes, órgãos não participantes, com a área técnica e com a Procuradoria-Geral do Município de Foz do Iguaçu.

18.3.5 A formulação de pedido de revisão não suspende ou impede a execução dos contratos decorrentes da ata, sendo falta grave a não entrega em virtude de possível pedido formulado e ainda não decidido nos termos do §5º do art. 240 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

18.4 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

18.4.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.4.2 Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

18.4.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

18.4.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **19 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**19.1** O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

**19.1.1** A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

19.1.1.1 Por iniciativa do MUNICÍPIO, quando o fornecedor:

19.1.1.2 deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

19.1.1.3 20.1.5 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

19.1.1.4 sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 19.1.1.5 não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 19.1.1.6 perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- 19.1.1.7 Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que impossibilite o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado
- 19.1.1.8 Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;
- 19.1.1.9 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

19.1.2 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

19.1.3 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:  
*19.1.3.1 Por extinção da totalidade do seu objeto; e*

*19.1.3.2 Quando não restarem fornecedores registrados.*

## **20 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**20.1** É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art.125 da Lei nº 14.133/2021.

**20.2** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124da Lei nº 14.133/2021.

## **21 - DA RESCISÃO**

**21.1** A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conformedispostonosartigos137a139 da Lei nº 14.133, de2021 e legislação municipal.

**21.2** A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

- 21.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Município de Foz do Iguaçu, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 21.2.2 consensual,por acordo entre as partes; ou
- 21.2.3 determinada por decisão judicial.

**21.3** A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu PR.

**21.4** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme determina a legislação municipal.

## **22 –DA FISCALIZAÇÃO**





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**22.1** Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município de Foz do Iguaçu promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

**22.2** O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

### **23 – DA NOTA DE EMPENHO**

**23.1** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da Nota de Empenho, dentro do prazo de 5(cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**23.1.1** O prazo de convocação de que trata o item 23.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**23.2** A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 14, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

**23.3** Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

**23.4** A nota de empenho vincula-se aos termos do edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

**23.5** O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

**23.6** Para a retirada da nota de empenho referida no item 23.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

**23.6.1** Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 23.1, o recebimento da mesma.

**23.6.2** O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

**23.7** A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

### **24 - DO PAGAMENTO**

**24.1** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**24.2** O processo de pagamento a fornecedores e prestadores de serviço será instruído, no mínimo, a nota fiscal/fatura discriminada, em 2(duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do art. 325 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

24.3 Deverá o fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), certidão de regularidade da fazenda estadual da sede do fornecedor, certidão de regularidade da fazenda municipal de Foz do Iguaçu e certidão de regularidade da fazenda municipal da sede da empresa.

24.4 Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.145/23, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Municipal direta ou indireta, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 31.634/2023.

24.4.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

24.4.2 Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

24.5 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

24.6 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 24.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

24.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$   $I = 6 / 100 / 365$   $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

24.7.1 Deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando aquele índice que for mais favorável à Administração Municipal de Foz do Iguaçu.

24.8 A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:

24.8.1 Para o pagamento:







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<https://governodigital.foz.pr.gov.br/governo-digital/>

24.8.2 O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI.

Link para cadastro:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

## **25 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o (a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

25.2 Os licitantes e os contratos estão sujeitos à aplicação de penalidades administrativas, por meio do devido processo administrativo sancionatório, que é regulado por este edital, pela ata de registro de preços, pelo contrato e pelas disposições contidas no Decreto Municipal nº 32.398/2024.

25.3 As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei Federal no 14.133/2021 serão aplicadas, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive cumulando com multa, quando a licitante ou a contratada:

**I** - der causa à inexecução parcial do contrato ou descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave: Penalidade de advertência;

**II** - der causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, devidamente demonstrado no processo administrativo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

**III** - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 30 (trinta) dias;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

**VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

**VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

**VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

**X** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

**XI** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

25.4 Considera-se a conduta do inciso I para fins de pequena relevância, o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração.

25.5 Considera-se a conduta do inciso II como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

25.6 Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

**I** - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

**II** - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

**III** - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

**IV** - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

25.7 Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do item 25.3 sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

**I** - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

**II** - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

**III** - abandonar o certame;

**IV** - solicitar sem justo motivo a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

25.8 Considera-se a conduta do inciso VII do item 25.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

25.9 Considera-se a conduta do inciso IX do item 25.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Foz do Iguaçu, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do item 25.3.

25.10 Considera-se a conduta do inciso X do caput do item 25.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

25.11 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido nos itens 23.1 caracterizará o





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



descumprimento total do compromisso assumido e o (a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

25.12 As licitantes subsequentes na hipótese de aceitarem as convocações previstas no subitem 23.1, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 26 e no Decreto Municipal nº 32.398/2024.

25.13 Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024.

25.14 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

25.15 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

25.15.1 aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e determinar a rescisão unilateral.

25.15.2 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

25.15.3 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

25.15.4 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

25.15.5 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

25.16 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no item 19 e seguintes deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

25.17 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

## **26 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**26.1** Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico ao pregoeiro [williaansimao@gmail.com](mailto:williaansimao@gmail.com).

26.1 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

26.2 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

26.3 Acolhida à impugnação contra este edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



26.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: [williaansimao@gmail.com](mailto:williaansimao@gmail.com)

26.5 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

26.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu/PR para os interessados.

## **27 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pelas seguintes dotações:

- 12.05.12.365.0600.2102.3.3.90.30.1.104 – 25% sobre demais impostos vinculados a Educação
- 12.05.12.365.0600.2252.3.3.90.30.1.104 – 25% sobre demais impostos vinculados a Educação
- 12.02.12.361.0600.2117.3.3.90.30.1.104 – 25% sobre demais impostos vinculados a Educação
- 12.02.12.361.0600.2114.3.3.90.30.1.104 – 25% sobre demais impostos vinculados a Educação

27.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

27.3 O quantitativo mínimo global a ser adquirido é de 50% (cinquenta por cento), enquanto o percentual mínimo a ser adquirido de cada item está detalhadamente descrito no Termo de Referência.

27.4 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

27.5 Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www.foz.pr.gov.br/>

27.6 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

27.7 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

27.8 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

27.9 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br está sendo adotado a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

27.10 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

27.11 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.12 O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico [www.Compras.gov.br](http://www.Compras.gov.br) e no portal da transparência do Município, no seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes>

27.13 Em atendimento ao disposto no Art. 236, inciso XI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, a Administração Municipal justifica a inaplicabilidade da prática de preços diferenciados para esta contratação. Tal decisão fundamenta-se na concentração das unidades de entrega em perímetro urbano contíguo, o que torna os custos logísticos homogêneos para o mercado fornecedor. Ademais, a unificação do preço assegura a isonomia e a economia de escala, evitando a fragmentação excessiva dos itens e garantindo maior eficiência no controle e fiscalização da Ata de Registro de Preços.

## **28 DO FORO**

28.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Larissa Ferreira  
**Secretária Municipal da Administração**

Silvana Garcia André  
**Secretária Municipal de Educação**



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**  
**ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**MODELO I - DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Departamento de Compras

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20245

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

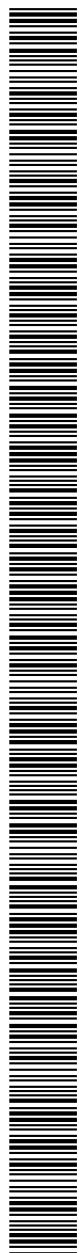
A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, ..... de ..... 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do representante legal da empresa





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



MODELO II – Modelo de Apresentação de Proposta

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ IE \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Diretoria de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico nº ...../2025

Banco \_\_\_\_\_ Agência Bancária \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº \_\_\_\_\_

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

Item	Especificação do Item	Marca	Unid.	Qtde.	Preço Unitário R\$	Valor total R\$
01						
					TOTAL R\$	

Condições de Pagamento:

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Declaramos de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente

Nome: RG.: CPF:



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

## ANEXO I – ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	CÓD. OXY	UND. MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QTD. MÍN. (%)
1	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI <b>Alimento a base de soja (leite de soja)</b> sem açúcar- deve ter como principal ingrediente o extrato de soja, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteína, enriquecido com vitaminas e minerais, embalagem de tetra Pack de 1 litro, não deve conter glúten. Na embalagem devem constar os ingredientes, datas de fabricação e validade e número do lote. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.	461028	500386	UND	3200	R\$ 8,29	R\$ 26.528,00	40%
2	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI <b>CREME DE LEITE SEM LACTOSE UHT</b> – Embalagem de 200g, homogeneizado, 17% de gordura, consistência firme, sabor suave, pasteurizado. Embalagem: tetra pak, sendo esta: limpa, não amassada e não estufada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima a contar da data de entrega: 6 meses	446537	523024	EMBALAGEM	200	R\$ 5,28	R\$ 1.056,00	50%
3	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI <b>GOMA PRONTA PARA TAPIOCA</b> - Embalagem de 500 gramas. Isento de mofo e substâncias estranhas ao produto, cor e dor característico. Embalagem íntegra, resistente, conter procedência, identificação, informação nutricional, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.	459085	526479	EMBALAGEM	1000	R\$ 6,45	R\$6.450,00	40%
4	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI <b>LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE - UHT</b> , embalado em caixas tetra Pack de 1 litro. Embalagens íntegras. No rótulo deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais e isento de glúten e lactose, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega	460842	511223	UND	6000	R\$5,02	R\$30.120,00	50%
5	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI <b>LEITE EM PÓ INTEGRAL</b> - 100% de origem animal, instantâneo, enriquecido com vitamina A e D, com embalagem primária em papel aluminizado, em pacotes de 400 gramas, validade mínima 08 (oito) meses; a partir da data de entrega. Composição química na embalagem	459637	505148	UND	4000	R\$13,95	R\$55.800,00	40%



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



6	<p><b>COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTA Edital</b></p> <p><b>Óleo de Soja</b> - Vegetal, refinado, tipo 1. Embalados em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser integras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463692	506759	UND	30000	R\$ 7,99	R\$ 239.700,00	40%
7	<p><b>COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI</b></p> <p><b>Óleo de Soja</b> - Vegetal, refinado, tipo 1. Embalados em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser integras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463692	506759	UND	10000	R\$ 7,99	R\$ 79.900,00	40%
8	<p><b>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</b></p> <p><b>Óleo de girassol</b> - refinado tipo 1. Embalado em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser integras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463691	500400	UND	2500	R\$ 15,98	R\$ 39.950,00	30%
9	<p><b>COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTA Edital</b></p> <p><b>Suco de Maçã Integral:</b> Composto líquido extraído da fruta, na concentração natural, com qualidade do líquido obtido da fruta madura e saudável, sem diluição, sem diluição de açúcar e sem adição de água ou sólidos solúveis por processamento tecnológico adequado e submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Deverá estar isento de parasitas, leveduras e outras substâncias que indiquem manipulação defeituosa do produto. Não poderá conter corantes de qualquer natureza. Embalagem de 1,5 litros. Registro de inspeção nos órgãos competentes.</p>	255974	60000391	FRASCO	6000	R\$ 16,90	R\$ 101.400,00	20%



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



10	<p>COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI</p> <p><b>Suco de Maça Integral:</b> Composto líquido extraído da fruta, na concentração natural, com qualidade do líquido obtido da fruta madura e saudável, sem diluição, sem diluição de açúcar e sem adição de água ou sólidos solúveis por processamento tecnológico adequado e submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Deverá estar isento de parasitas, leveduras e outras substâncias que indiquem manipulação defeituosa do produto. Não poderá conter corantes de qualquer natureza. Embalagem de 1,5 litros. Registro de inspeção nos órgãos competentes.</p>	255974	60000391	FRASCO	2000	R\$ 16,90	R\$ 33.800,00	20%
11	<p>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</p> <p><b>Pão, tipo hambúrguer de brioche</b> unidade de no mínimo 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal. Cada pacote deverá ter 1kg com 20 unidades de pães. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF.</p>	126421	526421	KG	1250	R\$ 24,95	R\$ 31.187,50	25%
12	<p>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</p> <p><b>HIPOCLORITO DE SÓDIO</b> - Desinfetante para hortifrutícolas, à base de hipoclorito de sódio, com 2,0 a 2,5% de cloro ativo estabilizado para desinfecção de frutas, legumes e verduras. Deverá estar disposto em embalagem de polietileno com 1000 ml e conter todas as informações necessárias no rótulo como modo de usar, data de fabricação e validade, composição química, advertências e registro no MS. Validade mínima de 06 meses na data de entrega do produto.</p>	310507	514229	UND	4000	R\$3,79	R\$ 15.160,00	20%
VALOR TOTAL							R\$ 661.051,50	

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, “SIASG” OU NOTA DEEMPENHO, **prevalecerá sempre a descrição deste Edital.**



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d





TERMO DE REFERÊNCIA

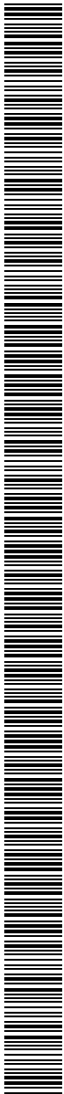
Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan.2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.2. Definição do objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS ESSENCIAIS (especificamente os itens: Alimento a base de soja, Óleo de soja, Óleo de girassol, Suco de maçã integral e Pão de hambúrguer tipo brioche), declarados fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 36/2025 e nº 77/2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	CÓD. OXY	UND. MEDIDA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QTD. MÍN. (%)
1	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI Alimento Alimento a base de soja (leite de soja) sem açúcar- deve ter como principal ingrediente o extrato de soja, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteína, enriquecido com vitaminas e minerais, embalagem de tetrapack de 1 litro, não deve conter glúten. Na embalagem devem constar os ingredientes, datas de fabricação e validade e número do lote. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.	461028	5100386	UND	3200	R\$ 7,55	R\$ 24.160,00	40%
2	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI CREME DE LEITE SEM LACTOSE UHT – Embalagem de 200g, homogeneizado, 17% de gordura, consistência firme, sabor suave, pasteurizado. Embalagem: tetra pak, sendo esta: limpa, não amassada e não estufada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto,número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima a contar da data de entrega: 6 meses	446537	523024	EMBALAGEM	200	R\$ 4,89	R\$ 978,00	50%
3	ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI GOMA PRONTA PARA TAPIOCA - Embalagem de 500 gramas. Isento de mofo e substâncias estranhas ao produto, cor e dor característico. Embalagem íntegra, resistente, conter procedência, identificação, informação nutricional, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.	459085		EMBALAGEM	1000	R\$ 6,45	R\$ 6.450,00	40%



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

1 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

4	<p>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</p> <p><b>LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE</b> - UHT, embalado em caixas tetrapack de 1 litro. Embalagens íntegras.</p> <p>No rótulo deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais e isento de glúten e lactose, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega</p>	460842	511223	UND	6000	R\$ 5,49	R\$ 32.940,00	50%
5	<p>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</p> <p><b>LEITE EM PÓ INTEGRAL</b> - 100% de origem animal, instantâneo, enriquecido com vitamina A e D, com embalagem primária em papel aluminizado, em pacotes de 400 gramas, validade mínima 08 (oito) meses; a partir da data de entrega. Composição química na embalagem</p>	459637	505148	UND	4000	R\$ 13,42	R\$ 53.680,00	40%
6	<p>COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTA EDITAL</p> <p><b>Óleo de Soja</b> - Vegetal, refinado, tipo 1. Embalados em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser íntegras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463692	506759	UND	30000	R\$ 7,79	R\$ 233.700,00	40%
7	<p>COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI</p> <p><b>Óleo de Soja</b> - Vegetal, refinado, tipo 1. Embalados em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser íntegras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463692	506759	UND	10000	R\$ 7,79	R\$ 77.900,00	40%
8	<p>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</p> <p><b>Óleo de girassol</b> - refinado tipo 1. Embalado em garrafas PET de 900 ml. As embalagens deverão ser íntegras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega.</p>	463691	500400	UND	2500	R\$ 14,08	R\$ 35.200,00	30%



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d



PREFEITURA  
**FOZ DO IGUAÇU**  
Secretaria da Educação  
Cidade que inspira e trabalha

2 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d>

9	<p><b>COTA PRINCIPAL - CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTA EDITAL</b></p> <p><b>Suco de Maçã Integral:</b> Composto líquido extraído da fruta, na concentração natural, com qualidade do líquido obtido da fruta madura e saudável, sem diluição, sem diluição de açúcar e sem adição de água ou sólidos solúveis por processamento tecnológico adequado e submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Deverá estar isento de parasitas, leveduras e outras substâncias que indiquem manipulação defeituosa do produto. Não poderá conter corantes de qualquer natureza. Embalagem de 1,5 litros. Registro de inspeção nos órgãos competentes.</p>	255974	60000391	FRASCO	6000	R\$ 16,90	R\$ 101.400,00	20%
10	<p><b>COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI</b></p> <p><b>Suco de Maçã Integral:</b> Composto líquido extraído da fruta, na concentração natural, com qualidade do líquido obtido da fruta madura e saudável, sem diluição, sem diluição de açúcar e sem adição de água ou sólidos solúveis por processamento tecnológico adequado e submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Deverá estar isento de parasitas, leveduras e outras substâncias que indiquem manipulação defeituosa do produto. Não poderá conter corantes de qualquer natureza. Embalagem de 1,5 litros. Registro de inspeção nos órgãos competentes.</p>	255974	60000391	FRASCO	2000	R\$ 16,90	R\$ 33.800,00	20%
11	<p><b>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</b></p> <p><b>Pão, tipo hamburguer de brioche</b> unidade de no mínimo 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água e sal. Cada pacote deverá ter 1kg com 20 unidades de pães. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF.</p>	126421	526421	KG	1250	R\$ 24,95	R\$ 31.187,50	25%



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

PREFEITURA  
**FOZ DO IGUAÇU**  
Secretaria da Educação  
Cidade que inspira e trabalha

3 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

12	<p><b>ITEM EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS- ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-PP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI</b></p> <p><b>HIPOCLORITO DE SÓDIO -</b></p> <p>Desinfetante para hortifrutícolas, à base de hipoclorito de sódio, com 2,0 a 2,5% de cloro ativo estabilizado para desinfecção de frutas, legumes e verduras. Deverá estar disposto em embalagem de polietileno com 1000 ml e conter todas as informações necessárias no rótulo como modo de usar, data de fabricação e validade, composição química, advertências e registro no MS. Validade mínima de 06 meses na data de entrega do produto.</p>	310507	514229	UND	4000	R\$ 7,00	R\$ 28.000,00	20%
<b>VALOR TOTAL</b>							R\$ 659.395,50	

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

**1.4.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da formalização da Ata de Registro de Preços, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do art. 238 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**1.6.** Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, será possível o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial registrado na ARP, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, conforme expressamente previsto no art. 238, caput, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**1.7.** Adicionalmente, caso os quantitativos ou previsão de gastos da Ata de Registro de Preços sejam esgotados antes do término de sua vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o correspondente reestabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, conforme o disposto no art. 238, §4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**1.8.** O quantitativo apresentado trata-se de ESTIMATIVA, não obrigando a Administração Pública à aquisição total.

**1.9.** O quantitativo mínimo global a ser adquirido é de 50% (cinquenta por cento), enquanto o percentual mínimo a ser adquirido de cada item está detalhadamente descrito na tabela acima.

**1.10.** O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.11.** Ademais, solicita-se o afastamento do procedimento de intenção de registro de preços, conforme Art nº 86 da Lei nº 14.133.

**1.12.** Considerando que os itens do referido processo visam atender às demandas exclusivas da Alimentação Escolar das unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, não há



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d



4 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d>

possibilidade de faltas desses itens.

**1.13.** A adesão de outras secretarias ao Sistema de Registro de Preços (SRP) pode gerar uma demanda imprevista e excessiva sobre os fornecedores, levando a possíveis rupturas nos estoques.

**1.14.** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026.

**1.15.** Em atendimento ao disposto no Art. 236, inciso XI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, a Administração Municipal justifica a inaplicabilidade da prática de preços diferenciados para esta contratação. Tal decisão fundamenta-se na concentração das unidades de entrega em perímetro urbano contíguo, o que torna os custos logísticos homogêneos para o mercado fornecedor. Ademais, a unificação do preço assegura a isonomia e a economia de escala, evitando a fragmentação excessiva dos itens e garantindo maior eficiência no controle e fiscalização da Ata de Registro de Preços.

**1.16.** Os itens consistentes na aquisição de gêneros alimentícios estão expressamente previstos no PCA 2026 do Município, o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>
- <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>

**1.17.** A previsão dos referidos itens no PCA evidencia que a demanda foi adequadamente planejada, consolidada e incorporada ao planejamento anual das contratações, em consonância com as prioridades institucionais da Secretaria Municipal da Educação e com os objetivos estratégicos da Administração Municipal.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A presente aquisição se justifica pela necessidade de fornecimento de alimentação escolar aos alunos matriculados na rede de ensino do Município de Foz do Iguaçu.

**2.2.** A esse respeito, o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal insculpe o dever de atendimento ao Educando no Ensino Fundamental:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
(...)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

**2.3.** A alimentação escolar, portanto, constitui direito dos alunos da educação básica pública, devendo ser promovida e incentivada a partir das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 6 de 8 de maio 2020, formulada pelo programa suplementar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**2.4.** Dito isso, são diretrizes da alimentação escolar, previstas no art. 5º e que merecem destaque:

- A oferta de alimentos saudáveis, diversificados e seguros em prol do crescimento e desenvolvimento sadio dos alunos, tendo por consideração a faixa etária e seu estado de saúde;
- Inclusão de a educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, de forma prática;



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d



- III. Universalidade do atendimento;
- IV. Participação e acompanhamento da comunidade quanto à oferta da merenda escolar saudável e adequada e
- V. Direito à alimentação escolar de forma a alcançar parâmetros de segurança e nutrição ideais.

**2.5.** Em suma, a oferta de refeições é direito universal dos estudantes da rede pública de ensino, a qual deve se dar mediante cardápio seguro e de qualidade nutricional, formulado por profissional habilitado, considerando a faixa etária e o estado nutricional dos alunos, observados ainda critérios de sustentabilidade e diversificação.

**2.6.** Feitas essas considerações, tem-se que o objetivo da oferta de alimentação nas unidades escolares é a promoção do crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, de forma a contribuir com a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Ou seja: embora não constitua atividade-fim, a alimentação escolar é imprescindível à execução do serviço educacional com qualidade e eficácia.

**2.7.** No que concerne à realidade do Município de Foz do Iguaçu, cabe destacar que atualmente são atendidas diariamente cerca de 30 mil crianças, conforme tabelas abaixo. Em cada unidade escolar da rede é fornecida, no mínimo, uma refeição por período e por aluno.

Tabela com quantitativo total de alunos por CMEI:

MES: JUNHO/2016

CMEI										TARDE										INTEGRAL										TOTAL POR TURMA ESCOLAR																																
TURMAS										TURMAS										TURMAS										TURMAS																																
INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	INF	TOTAL	Nº DE ALUNOS																															
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL	Nº DE ALUNOS																															
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL																															
Nº DE ALUNOS										Nº DE ALUNOS										Nº DE ALUNOS										TOTAL																																
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	TOTAL	Nº DE ALUNOS																															
1	ALBIRÉ MARIA ROSSATO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	4	87																															
2	AMINA BASSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																															
3	AMOR PEREIRO	0	0	1	2	0	4	0	0	15	14	36	0	65	0	0	1	1	1	0	3	0	18	19	20	0	55	0	0	0	86	126																														
4	ANTONIO FERRERA DAMIAN NETO	0	0	2	2	2	8	0	0	28	35	40	0	143	0	1	2	2	1	2	8	0	14	29	35	19	43	0	1	0	16	206																														
5	ARABAN ALBUSSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	16	39	19	0	0	0	0	0	114	0	3	0	0	187																															
6	BARBOSA MATEUS JUNIARIO	0	1	2	0	0	0	0	0	13	20	39	0	102	1	1	1	1	2	0	8	12	14	20	40	0	102	0	1	1	0	235																														
7	BRAZ DE MOURA	0	2	2	1	0	0	0	0	22	27	15	16	80	1	1	1	1	2	0	6	10	14	15	32	97	0	0	1	0	1	165																														
8	CARLOS AUGUSTO	0	0	2	2	0	0	0	0	28	35	40	0	143	0	1	2	2	1	2	8	0	14	29	35	19	43	0	0	0	20	137																														
9	CARLOS AUGUSTO	0	0	0	0	1	1	0	0	0	20	20	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	20	20	0	0	0	0	0	31	148																														
10	CELESTE SOTTOMAYOR	0	1	1	3	1	7	8	12	40	20	50	0	0	1	1	1	3	0	0	1	1	15	16	26	21	109	1	1	1	0	241																														
11	CLAUDIO DE LIMA LOURENÇO	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																															
12	COM PEDRO JACQUES LOPES	0	1	2	3	1	8	9	16	35	58	20	138	0	1	2	2	3	1	9	0	14	22	30	120	0	154	0	0	0	0	172																														
13	DOM OLÍO AURELIO FAZZA	0	1	2	2	1	7	12	20	23	20	88	1	1	1	2	1	7	8	13	16	20	38	20	115	1	2	1	1	0	0	279																														
14	ELIAS ALBUSSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																															
15	FLOR DE ACÁCIA	0	0	1	2	0	4	0	0	15	14	23	0	52	0	0	1	2	0	0	0	0	14	14	35	65	0	2	0	0	0	149																														
16	FLOR DE LIS	0	0	2	1	2	0	5	32	17	29	0	88	0	1	1	1	2	0	5	14	16	40	35	0	87	1	1	3	0	0	162																														
17	FRANCISCO DE SAUL AUGUSTO TERRERIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																															
18	INACIA MENCKES DOS SANTOS	0	2	3	1	3	10	26	18	53	22	155	1	2	2	2	3	0	10	28	31	36	59	0	168	0	1	1	0	3	0	239																														
19	JOÃO DE AQUINO	0	0	1	1	2	1	0	0	12	17	32	18	79	0	0	0	1	3	1	5	0	0	16	52	18	80	0	0	1	0	181																														
20	JOÃO DE VITOR	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																															
21	JULIA FERREIRA	0	0	1	1	2	4	0	0	12	21	35	68	0	0	0	0	1	2	4	0	0	12	41	70	73	0	0	0	0	0	141																														
22	INDIOIA	0	1	1	1	2	6	8	11	18	14	28	79	0	1	1	0	2	6	13	15	36	34	98	0	2	1	0	0	3	0	225																														
23	JANAINA AGUIAR	0	0	0	2	0	0	0	0	30	19	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	37	0	0	0	0	0	0	0	122																														
24	MARICOTA BASSO	0	1	0	1	1	4	0	8	0	12	15	43	0	48	1	0	1	2	1	5	10	0	14	30	15	65	0	1	3	0	0	137																													
25	NOVO HORIZONTE	0	0	0	1	1	0	0	0	10	15	25	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	20	29	0	1	2	1	0	4	0	113																													
26	OSVALDO GONÇES	0	0	0	1	0	2	0	0	16	32	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
27	OURIO VERDE	0	0	0	2	0	3	0	0	15	31	31	46	0	0	0	0	1	1	1	3	0	0	18	20	20	56	0	2	0	0	0	136																													
28	LOPES SANTOS	0	0	0	1	2	4	0	0	9	7	20	36	63	0	0	0	0	2	4	0	0	0	39	40	79	1	3	3	0	10	0	198																													
29	PROFª ELIANE DE GENTE	0	0	0	0	1	2	0	0	16	17	26	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	18	0	0	0	0	0	0	0	34																													
30	PROFª ELIANE HELENA DE BERNARDI	0	0	1	2	1	5	0	0	12	10	29	70	0	0	1	1	2	5	0	0	13	10	17	39	79	0	2	0	2	0	0	0	211																												
31	PROFª HELENE DE ABRIL SILVA	0	2	2	3	0	0	0	27	32	50	40	0	149	1	2	2	2	0	0	9	12	32	40	40	0	152	0	0	1	0	0	331																													
32	PROFª SANDRA MENDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
33	PROFª NILVA DE JESUS	0	1	2	1	1	0	0	11	14	30	21	96	0	1	1	1	2	0	0	8	13	16	19	25	20	103	0	1	1	0	0	246																													
34	PROFª ROSA CARPINI PAZ	0	1	1	1	1	5	9	14	16	12	71	72	0	1	1	1	1	5	0	14	19	19	16	20	87	0	0	0	0	0	0	189																													
35	PROFª ROSA MARIA DE SAUL GRIMET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
36	PROFª VANDERLEI BERTACONTO	0	2	2	2	0	7	27	13	31	40	0	111	0	1	3	1	2	0	7	12	40	19	40	0	111	1	1	1	0	0	0	272																													
37	PROFª VIVIANE JARA BENETZ	0	1	2	1	3	10	12	32	21	64	191	0	1	1	2	3	10	0	14	16	40	64	61	196	0	1	2	1	0	0	0	454																													
38	PROFª VIVIANE DE VASCONCELOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
39	ROSA ROSA DE ALVES	0	0	1	2	1	4	0	0	15	31	17	63	0	0	0	1	2	0	4	0	0	15	20	31	60	1	1	3	0	0	0	162																													
40	ROBERTO AZEVEDO GOSTO	0	1	2	2	1	7	14	24	30	18	100	0	1	1	2	1	7	14	15	41	35	20	125	1	1	2	2	0	0	0	0	315																													
41	ROSA MARIA	0	1	1	3	0	7	14	24	30	18	100	0	1	1	2	1	7	14	15	41	35	20	125	1	1	2	2	0	0	0	0	315																													
42	SOLDADINHO DE CHUBRO	0	1	1	2	0	5	13	13	15	31	0	72	0	1	1	1	2	0	5	14	16	20	39	80	0	1	2	1	1	0	0	180																													
43	THÉS LAGODAS	0	0	0	2	2	4	0	0	0	0	40	35	75	0	0	1	0	1	1	5	0	17	20	20	57	0	0	0	0	0	0	152																													
44	VALERIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
45	VILA ESPIERALDA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
46	ZILDA ARIAS NEUMANN	0	1	2	1	2	8	0	14	21	15	38	39	127	0	1	2	1	3	8	14	32	19	50	20	145	1	2	0	2	0	0	431																													
TOTAL GERAIS																																3447	581	647	1037	1414	1847	2447	3447	4447	5447	6447	7447	8447	9447	10447	11447	12447	13447	14447	15447	16447	17447	18447	19447	20447	21447	22447	23447	24447	25447	26447
TOTAL PÚBLICOS																																3447	581	647	1037	1414	1847	2447	3447	4447	5447	6447	7447	8447	9447	10447	11447	12447	13447	14447	15447	16447	17447	18447	19447	20447	21447	22447	23447	24447	25447	26447
1	APM	0	0	0	1	1	3	0	0	0	0	15	25	74	0	0	1	1	3	0	0	0	25	39	75	0	2	1	0	0	0	152	255																													
2	MAE MARIA	0	0	1	1	2	5	0	0	7	8	42	22	79	0	0	0	1	3	1	5	0	0	15	59	23	97	0	0	0	0	21	119	197																												
3	MAE MARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																													
4	VICENTINO NOSSA BOM DA CONCEIÇÃO	0	0</																																																											

ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6

7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmfj.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

Tabela com quantitativo total de alunos por Escola:

ESCOLA MUNICIPAL	NÚMERO DE TURMAS										NÚMERO DE ALUNOS										TOTAL	
	CE	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	CE	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	SR	Matrícula	Aluno
1 ALVARO PEREIRA	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	18	5	18	0	0	0	0	0	0	0	375	357
2 ARIEL ZANOTTO	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	36	9	45	0	0	0	0	0	0	0	834	834
3 ADEMIR MARQUES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12	0	0	0	0	0	0	0	249	249
4 ALVARO ZUCCHI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	17	0	0	0	0	0	0	0	417	417
5 ANTONIO SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21	0	0	0	0	0	0	0	547	547
6 ARNALDO DEODORO	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	24	0	0	0	0	0	0	0	559	559
7 AUGUSTO WERNER	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	15	0	0	0	0	0	0	0	330	330
8 BELVEDERE	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11	7	18	0	0	0	0	0	0	0	226	226
9 BENEDETTO J. DORDEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	0	0	0	0	0	0	0	256	256
10 BRASILEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6	0	0	0	0	0	0	0	81	81
11 ANDRÉ PORTINARI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	0	0	0	0	0	0	0	247	247
12 CARLOS GOMES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	132	132
13 ECLIA MERES	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	13	8	21	0	0	0	0	0	0	0	268	268
14 JESUS DE FERNANDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0	85	85
15 LORA CORALINA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	26	0	0	0	0	0	0	0	620	620
16 DIRCEU LOPES	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	21	8	29	0	0	0	0	0	0	0	415	395
17 LUCAS GARCIA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	18	0	0	0	0	0	0	0	489	489
18 ELLEN MACHADO	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	9	16	25	0	0	0	0	0	0	0	410	410
19 ELEGORIO EBANO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0	87	87
20 ALDO LIMA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	19	0	0	0	0	0	0	0	463	463
21 MILDO DE MENEZES	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	26	6	32	0	0	0	0	0	0	0	556	556
22 ERICO VERISSIMO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	24	0	0	0	0	0	0	0	631	631
23 FREDERICO ENGEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12	0	0	0	0	0	0	0	329	329
24 ANIELA MISTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	9	0	0	0	0	0	0	0	264	264
25 GETULIO VARGAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	18	0	0	0	0	0	0	0	454	454
26 PRO MANJANELLI	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	25	0	0	0	0	0	0	0	615	615
27 ANDRÉ MARI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	27	53	0	0	0	0	0	0	0	162	162
28 JOAO AGUIAR	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	30	14	44	0	0	0	0	0	0	0	710	675
29 JOAO DA COSTA	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	46	6	52	0	0	0	0	0	0	0	1136	1099
30 JANA JOAO PASAROT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	27	49	0	0	0	0	0	0	0	141	141
31 JOAO JOSE	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	28	10	38	0	0	0	0	0	0	0	669	658
32 JORGE AMARAL	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	72	134	206	0	0	0	0	0	0	0	666	636
33 JONATHE W.	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	23	6	29	0	0	0	0	0	0	0	588	521
34 JULIO PAIVA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8	0	0	0	0	0	0	0	171	154
35 LUCIA MARLENE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	0	0	0	0	0	0	0	249	249
36 LUIS MACHADO E M. P. J.	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	37	6	43	0	0	0	0	0	0	0	599	571
37 MONTEIRO LOBATO	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	15	0	0	0	0	0	0	0	316	292
38 SALLA BARAKAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	67	67
39 LAYO BALAC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	107	137	0	0	0	0	0	0	0	460	460
40 OLIMPIO RAFAELIN	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	12	4	16	0	0	0	0	0	0	0	228	224
41 CRIVALDO CRUZ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12	0	0	0	0	0	0	0	264	249
42 ANTONIO DE SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	27	47	0	0	0	0	0	0	0	263	255
43 PONTE DA AMIZADE	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	17	9	26	0	0	0	0	0	0	0	354	276
44 PRINCEZA ISABEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0	162	162
45 ROSARIA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	19	0	0	0	0	0	0	0	264	268
46 SANTA RITA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0	0	0	0	0	0	0	155	155
47 RUZANA MORAES	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	15	0	0	0	0	0	0	0	274	265
48 TEREZ BANDEIRA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	23	0	23	0	0	0	0	0	0	0	525	525
49 SIA PINALON	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	53	98	0	0	0	0	0	0	0	225	225
50 VINICIUS DE MORAES	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	60	100	160	0	0	0	0	0	0	0	626	603
TOTAL GERAL / CURSO	16	51	2	1	83	157	160	137	138	81	626	113	696	16	8	1684	3600	4009	3506	3593	19144	18520

LEGENDA:

- CE - CLASSE ESPECIAL
- SR (MF) - SALA DE RECURSOS MULTIF. (contraturno)
- SR (DV) - SALA DE RECURSOS - DEFICIENCIA VISUAL (contraturno)
- SR (AN) - SALA DE RECURSOS - ALTAS HABILIDADES (contraturno)
- MF - INFANTIL 5

LEGENDA:

NP ALUNOS (CE + SR + MF + DV + AN)	TOTAL
NP ALUNOS (CE + SR + MF + DV + AN)	18520

NP ALUNOS POR TURMA

INFANTIL 5	25
1º ANO	25
2º ANO	25
3º ANO	25
4º ANO	25
5º ANO	25

2.8. Nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) há disponibilização de 02 (duas) refeições por período, totalizando 04 (quatro) refeições diárias. Nas Escolas Municipais, por sua vez, são oferecidas duas refeições por período (lanche e almoço), assegurada a permanência na unidade pelos alunos que participam do contra turno escolar e da expansão do ensino integral.

2.9. A refeição preparada cuidadosamente pelas merendeiras escolares é elaborada a partir de estudo técnico e determinação de nutricionistas, produzida com produtos de qualidade certificada e quantidade suficiente para a criança em fase de crescimento.

2.10. Na realidade social percebida por esta Secretaria Municipal da Educação, ocorre que em vários casos a merenda escolar é a melhor, mais completa e mais abundante refeição que a criança terá acesso, razão pela qual este processo licitatório, destinado à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS ESSENCIAIS (especificamente os itens: Alimento a base de soja, Óleo de soja, Óleo de girassol, Suco de maçã integral e Pão de hambúrguer tipo brioche), declarados fracassados nos Pregões Eletrônicos nº 36/2025 e nº 77/2025, que é imprescindível à manutenção das atividades escolares.

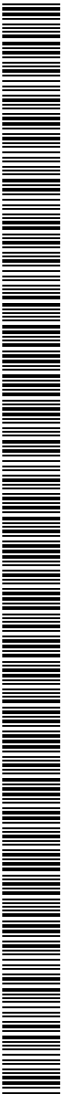
2.11. Perpassados os fundamentos e a relevância da oferta de alimentação escolar de qualidade, cita-se que a especificação técnica para os itens em comento foi elaborada visando atender às necessidades supra, considerando critérios de qualidade, durabilidade e manuseio dos alimentos, de



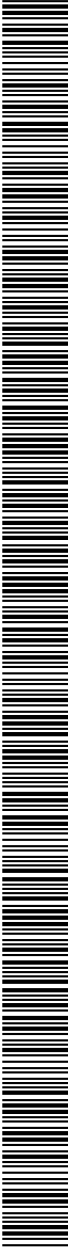
Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

forma a cobrir as necessidades nutricionais dos alunos.

**2.12.** A planilha acima contendo a estimativa de quantitativo utiliza como base o número de alunos atendidos com a oferta de alimentação escolar e o per capita de cada gênero alimentício de acordo com a preparação programada pela Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal da Educação.

**2.13.** Já a tabela abaixo, demonstra o cálculo realizado, apresentando: os itens alimentícios previstos; o quantitativo a ser enviado em cada entrega para as Escolas Municipais e CMEIs (parte em rosa); uma média da frequência de envio ao longo de um ano, com base em modelos anteriores de cardápio (parte rosa clara); e, por fim, a quantidade total estimada de cada item necessária para atender todo o período de um ano letivo (parte roxa):

	PRODUTOS	Unid	CMEI	nº	total	Escolas	nº	Total	total necessario
	PERECÍVEIS e NÃO PERECÍVEIS			ano	produto		ano	produtos	
1	Alimento a base de soja	Uni	200	8	1600	200	8	1600	3200
2	Creme de Leite sem lactose UHT	EMBALAGE M	20	12	240				240
3	Goma para Tapioca	EMBALAGE M	100	10	1000				1000
4	Leite longa vida zero lactose - UHT	EMBALAGE M	150	20	3000	100	30	3000	6.000
5	Leite em Pó integral	UND	50	4	200	80	4	320	520
6	Óleo de soja	Frasco	1920	06	11520	600	40	24000	35520
7	Óleo de girassol	frasco	200	10	2000	50	10	500	2500
8	Suco de maçã integral	uni	800	10					8000
9	Pão de hambúrguer tipo brioche	kg	1250	1	1200				1250
10	Hipoclorito de Sódio	UND	100	20	2000	1000	20	2000	4.000

OBS: o item Pão, tipo hamburger de brioche fracassou na cota reservada para ME e EPP NO PREGAO 036/2025 desta forma do total de 5000kg será necessário apenas 1250kg.

**2.14.** O objeto da contratação está previsto no cronograma de execução desta Secretaria Municipal da Educação, conforme planilha de planejamento anual em anexo. Referido planejamento integrará o Plano de Contratações Anual 2025, atualmente em construção.

### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CI-CLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

**3.1.** Os requisitos adotados atendem à ampla participação de empresas. Os itens descritos atendem à necessidade do órgão e a qualidade perquirida do objeto. Este estudo preliminar determinou critérios



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>

relevantes para a contratação dos itens, servindo como base ao posterior Termo de Referência que deverá detalhar a compra dos objetos de maneira que atendam plenamente às necessidades da Administração Municipal, porém que garantam a plena viabilidade de competição e os demais princípios e normas que regem os procedimentos licitatórios.

**3.2.** O descritivo técnico permite a ampla concorrência de fornecedores, sendo apresentados itens capazes de suprir as demandas das estruturas da Administração Pública em qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, com condições de entrega e abundância de prazos o suficiente para a garantia da ampla concorrência do procedimento licitatório.

**3.3.** Com o procedimento auxiliar de registro de preços, busca-se a gestão eficiente do estoque por meio do sistema baseado no just in time, o que significa que as demandas da Administração serão atendidas no momento certo, haja vista que a aquisição dos produtos será realizada mediante a necessidade do Poder Público.

**3.4.** Objetiva-se adquirir a quantidade exata de produtos, de acordo com a demanda, de forma rápida e sem a necessidade da formação de estoques, fazendo com que os materiais cheguem a seu destino no tempo certo, atendendo devidamente à necessidade identificada.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** O procedimento resultará na formalização de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**4.2.** Em caso de divergência entre imagem, CATMAT e especificações técnicas, prevalecem as informações textuais das especificações do Termo de Referência.

**4.3.** O quantitativo apresentado trata-se de ESTIMATIVA, não obrigando a Administração Pública à aquisição total.

**4.4.** Não haverá exigência da prestação de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

##### • Sustentabilidade

**4.5.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.6.** Produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposições do link a seguir:  
<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/legislacaoPOV>>.

**4.7.** Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem estar registrados junto à instância competente, conforme o disposto no art. 4º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, regulamentada pelo



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e suas alterações, conforme disposições do link a seguir: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>>.

**4.8.** Embalagens devem atender ao disposto na Biblioteca de Alimentos da ANVISA, documento que reúne todas as normas vigentes acerca deste macrotema, o qual pode ser integralmente verificado em: <<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>>.

• **Da exigência de amostra**

**4.9.** Com fundamento nos art. 9º, § 2º, item 6 e § 3º, da Resolução nº 002 de 10 de janeiro de 2002 – FNDE, bem como com fulcro no art. 33, §5º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, poderá ser solicitada a apresentação de amostras pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido.

**4.10.** Sendo assim, havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que será avaliada na data, local e horário a serem divulgados pelo agente de contratação por mensagem no sistema.

**4.11.** Ademais, em observação aos princípios de publicidade e transparência, será facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais licitantes, no procedimento de avaliação das amostras.

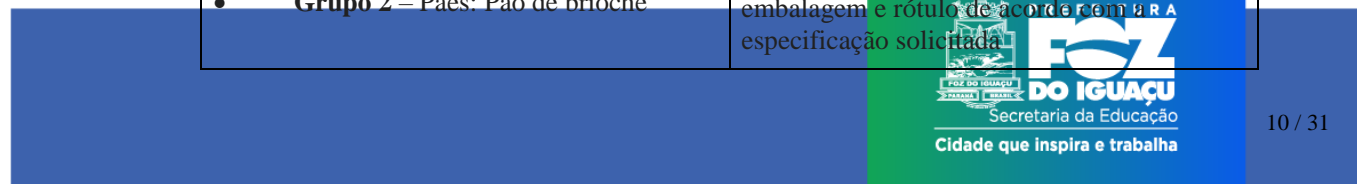
**4.12.** Serão exigidas amostras de todos os itens licitados,

**4.13.** As amostras deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal da Educação, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 3287, bairro América, CEP: 85864-000, aos cuidados do setor de Alimentação Escolar (Sala 07, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00), no prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

**4.14.** O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do licitante, caso este comprove que o envio logístico demanda tempo superior ao estabelecido, garantindo-se assim a ampla competitividade.

**4.15.** Os testes a serem executados sobre as amostras estão definidos a seguir, sendo que para estabelecer os critérios a serem analisados, separou-se os itens em grupos conforme segue:

<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Grupo 1</b> – Óleos, sucos e outros líquidos: óleo de soja, óleo de girassol, vinagre de álcool, sucos integrais (uva, maçã), leites, cremes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aparência (cor uniforme, ausência de resíduos ou separação de fases).</li> <li>- Odor e sabor característicos, sem sinais de ranço.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Grupo 2</b> – Pães: Pão de brioche</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Será avaliada a maciez do produto, embalagem e rótulo de acordo com a especificação solicitada.</li> </ul>



10 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



**4.16.** Além das características específicas de cada grupo, serão observados obrigatoriamente os seguintes aspectos em todas as amostras apresentadas:

**4.17. Embalagem:** deve estar íntegra, sem violação, adequada ao produto, resistente ao transporte e ao armazenamento.

**4.18. Rotulagem:** deve atender integralmente à legislação vigente, contendo informações claras, legíveis e em língua portuguesa sobre denominação de venda, lista de ingredientes, alergênicos, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso/volume e identificação do fabricante.

**4.19. Lista de ingredientes e composição:** deverá estar em conformidade com o que foi ofertado na proposta, sem adição de substâncias não previstas ou que comprometam a qualidade nutricional.

**4.20.** A exigência de amostras justifica-se pelo seguinte:

**4.21.** Histórico de contratações anteriores em que houve recebimento de produtos de baixa qualidade, com alteração de sabor, odor, textura e até embalagens em desconformidade.

**4.22.** Risco à saúde e à segurança alimentar dos beneficiários, especialmente considerando que os produtos destinam-se à alimentação escolar.

**4.23.** Verificação prévia da adequação das embalagens, rotulagem e composição dos produtos, o que evita a entrega de itens impróprios, inadequados ou em desconformidade com a legislação.

**4.24.** Garantia da economicidade do processo, prevenindo desperdícios, devoluções e necessidade de substituição de produtos.

**4.25.** Atendimento ao princípio da eficiência administrativa, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados em produtos de qualidade comprovada.

**4.26.** É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**4.27. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.**

**4.28.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e disponibilidade no portal da transparência municipal.

**4.29.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.30.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**4.31.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**4.32.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, fichas técnicas ou catálogos impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

- **Subcontratação**

**4.33.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- **Garantia da contratação**

**4.34.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

- **Condições para participação**

**4.35.** Poderão participar deste Pregão, os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto do Registro de Preços, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

**4.36.** Para fins de atendimento aos termos da Lei Complementar 147/14, a participação das empresas interessadas será feita da seguinte maneira:

4.36.1. Cota Exclusiva – no valor de até R\$ 80.000,00, exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014.

4.36.2. Cota Reservada – as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014;

4.36.3. Cota Principal – os interessados que atendam a os requisitos do edital;

**4.37.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**4.38.** Ademais, **PUGNA-SE PELA APLICAÇÃO** do benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI sediados localmente (margem de preferência local), conforme estabelecido no artigo 152 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**4.39.** A aplicação da margem de preferência local encontra respaldo no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**4.40.** Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Acórdão nº 877/16, a verificação da existência de fornecedores locais ou regionais aptos à participação pode se dar mediante critérios discricionários definidos pelo Município, desde que fundamentados em pesquisa diligente e proporcional entre custos e benefícios.

**4.41.** Nesse sentido, a Administração deve se valer, prioritariamente, de dados internos, tais como registros cadastrais e histórico de participação em certames análogos, complementando a investigação com informações junto a órgãos de registro (junta comercial, alvarás de funcionamento), sindicatos, associações ou mesmo contato direto com micro e pequenas empresas locais e regionais.

**4.42.** No caso em tela, restou verificada a presença de fornecedores enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, sediados no âmbito local/regional, capazes de atender ao objeto licitado, conforme demonstrado no Memorando Interno nº 66286/2025, em anexo. Tal constatação evidencia a pertinência da adoção da margem de preferência, visto que, além de assegurar a isonomia entre os participantes, a medida contribui diretamente para a dinamização da economia local, para a manutenção e geração de empregos, bem como para o fortalecimento da receita tributária municipal, em consonância com os objetivos delineados pelo artigo 47 da LC nº 123/2006.

**4.43.** Assim, a adoção da margem de preferência local nesta contratação não apenas observa a legislação vigente e a orientação do Tribunal de Contas, mas também materializa o compromisso da Administração Pública em fomentar o desenvolvimento econômico sustentável do Município, ampliando a eficiência das políticas públicas e gerando benefícios sociais de longo prazo.

**4.44.** A aplicação da margem de preferência de até 10% (dez por cento) sobre o preço final não se traduz em mero incremento de despesa, mas sim em instrumento de extra fiscalidade e desenvolvimento regional. Sob a ótica da seleção do fornecedor, a medida atua como fator de correção de assimetrias competitivas, permitindo que o Município priorize a contratação de ME/EPP locais cuja estrutura de custos, embora menos favorecida pela economia de escala em comparação a grandes conglomerados, oferece maior agilidade logística e capilaridade. A vantagem comparativa evidencia-se na internalização de externalidades positivas: enquanto a contratação de empresas sediadas fora do domicílio acarreta a evasão de divisas, a preferência local garante a retroalimentação da economia municipal via arrecadação tributária (ISSQN/ICMS) e o fortalecimento da cadeia produtiva de alimentos, o que, a longo prazo, reduz a dependência do mercado externo e mitiga o risco de desabastecimento.

**4.45.** A análise técnica dos valores aplicados no mercado atesta a robustez da base amostral utilizada para balizar a presente medida. A pesquisa de mercado realizada demonstrou que os preços praticados pelos fornecedores locais orbitam a mediana de mercado, o que assegura que a aplicação da margem de 10% não importará em sobrecusto desarrazoado ou em contratação acima do preço de mercado (superfaturamento). Outrossim, restou evidenciada a existência de um contingente plural de licitantes locais aptos a disputar o objeto, o que afasta qualquer alegação de restrição indevida à competitividade. Pelo contrário, a medida fomenta a disputa no nicho regional, assegurando que a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração não se restrinja ao menor preço nominal, mas sim ao melhor



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

custo-benefício global, considerando a segurança alimentar e a eficiência logística.

**4.46.** Diante do exposto, a inclusão da margem de preferência local no ETP e no TR encontra-se estritamente vinculada ao Princípio da Economicidade e do Desenvolvimento Nacional Sustentável (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Resta demonstrado que a medida é proporcional, devidamente instruída por pesquisa diligente e orientada à proteção do interesse público, justificando-se a priorização das ME/EPP e MEI sediadas localmente como estratégia de governança e eficiência na gestão da alimentação escolar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### • Condições de Entrega

**5.1.** A entrega dos gêneros alimentícios **não perecíveis** deverá ocorrer de forma parcelada, após solicitação emitida pela Divisão de Alimentação Escolar, visto o pouco espaço de armazenamento no Almojarifado Central e no depósito das unidades escolares.

**5.2.** A entrega dos produtos objetos desta contratação deverá ocorrer em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de entrega expedida pela Divisão de Alimentação Escolar, passível de notificação e autuação caso não atenda o prazo estipulado.

**5.3.** Os produtos não perecíveis deverão ser entregues diretamente no Almojarifado Central, localizado na Rua Assis Brasil, 447, Vila Portes, conforme solicitação da Divisão de Alimentação Escolar, no horário das 7h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

**5.4.** Os produtos perecíveis (pão de brioche) deverão ser entregues de forma parcelada, diretamente nas unidades escolares, conforme cronograma de entrega do Anexo I deste termo de referência ou mediante necessidade e solicitação pela Divisão de Alimentação Escolar.

**5.5.** As entregas deverão respeitar o horário de funcionamento das unidades escolares.

**5.6.** A planilha da quantidade e dias para entrega dos produtos perecíveis, bem como respectivos locais, será enviada via email aos fornecedores, pela Divisão de Alimentação Escolar.

**5.7.** Os fornecedores deverão fazer duas guias (uma para a unidade escolar e outra para comprovação de pagamento) e deixar nos locais de entrega, devidamente assinadas. O **modelo de romaneio** encontra-se no Anexo II deste Termo de Referência.

**5.8.** Em casos excepcionais, fortuitos ou de força maior, mediante justificativa e convocação prévia da Contratante, as entregas poderão ocorrer aos finais de semana e feriados e/ou em horários diversos.

**5.9.** Os produtos deverão ser entregues em conformidade com a NOTA DE EMPENHO e detalhamento técnico deste ETP e Termo de Referência.

**5.10.** A contratada deverá entregar o objeto no local indicado neste termo em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



14 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**5.11.** Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pelo licitante vencedor. É de responsabilidade da contratada o transporte e entrega do material, em perfeita conformidade as especificações.

**5.12.** Os produtos perecíveis serão recebidos pelas merendeiras escolares, que deverão conferir qualidade e quantidade através da contagem e ou pesagem, conferidos com a nota de entrega que deverá ser assinada com nome legível pelo entregador e pelo responsável do recebimento.

**5.13.** O entregador deve estar devidamente identificado, com uniforme completo e limpo e apresentar asseio pessoal.

**5.14.** Os produtos serão conferidos nos aspectos quantitativos e qualitativo se recebidos provisoriamente por servidor designado e responsável pelo Almoxarifado Central.

**5.15.** Todos os materiais serão conferidos no momento da entrega, e se a qualidade e/ou quantidade não corresponder às especificações exigidas, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para sanar os vícios apontados e apresentar declaração de substituição do produto, sendo eventuais novos custos de frete a cargo da contratada.

**5.16.** O resultado que se presente produzir é a entrega de objetos coerentes ao descritivo técnico e aptos a sanar a demandada Administração Municipal, e por isso, será devolvido ao fornecedor objeto licitado caso este seja entregue em qualidade duvidosa ou inferior à contratada, podendo acarretar-se, conforme análise da Administração, à aplicação de penalidades à empresa licitante, dentre as quais pode a referida empresa ser suspensa do direito de contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR.

**5.17.** O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade ou divergência na descrição que venha ser constatada em momento posterior.

**5.18.** Caso haja necessidade de o entregador acessar a cozinha/área de produção das refeições, é obrigatório o uso de touca protetora.

**5.19.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.20.** Os locais para entrega dos gêneros alimentícios perecíveis (pão de brioche) são os que seguem:

ESCOLA MUNICIPAL	ENDEREÇO		TELEFONE
ACÁCIO PEDROSO, EM-EF	Rua Traíra, 305	Profilurb I	(45) 3521-979599820-0686
ADELE ZANOTTO SCALCO, EM-EF	Avenida Javier Koelbl, 1923	Jardim Boa Esperança	(45) 2105-977599997-2460
ADEMAR MARQUES CURVO, EM-EF	Rua Lucio Padilha, 170	Vila São Sebastião	(45) 2105-9778 99997-2468
ALTAIR FERRAIS DA SILVA ZIZO, EM-EF	Avenida Andradina, 2290	Jardim Ipê	(45) 2105-9773
ANTONIO GONÇALVES DIAS, EM-EF	Rua Purus, 234	Campos do Iguaçu	(45) 2105-953299997-2490



15 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6

7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



ARNALDO ISIDORO DE LIMA, EM-EF	Rua "D", 520	Vila C	(45) 3521-951599973-0179
AUGUSTO WERNER, EM-EF	Rua Atalaia, 190	Vila Carimã	(45) 3901-336499985-7742
BELVEDERE, EM-EF	Rua Guaraqueçaba, 300	Jardim Belvedere	(45) 3901-340299997-2524
BRIGADEIRO ANTº SAMPAIO, EMC-EF	Rua Manoel Laurindo, 8735	Foz do Iguaçu Parte II	(45) 3521-952099997-5252
CÂNDIDO PORTINARI, EM-EF	Rua Gaspar, 499	Jardim Petrópolis	(45) 3521-985199997-2526
CARLOS GOMES, EM-EF	Alameda Pontal, 184	Campos do Iguaçu	(45) 99997-2552
CECILIA MEIRELES, EM-EF	Rua Feldspato, 602	Parque Res. Ouro Verde	(45) 3521-978099997-2555
CERES DE FERRANTE, EM-EF	Avenida Mercúrio, 1299	Jardim Três Fronteiras	(45) 3521-952299997-2600
CORA CORALINA, EM-EF	Rua Pacaembu, 100	Parque Res. Morumbi II	(45) 2105-958199997-2625
DOCTOR DIRCEU LOPES, EM-EF	Rua das Águias, 185	Portal da Foz	(45) 3521-952399997-2662
DUQUE DE CAXIAS, EM-EF	Avenida Mário Filho, 2739	Morumbi III	(45) 3901-342099997-2666
ELEODORO ÉBANO PEREIRA, EM-EF	Rua Victorio Basso, 3030	Lote Grande	(45) 2105-870899997-2700
ELOI LOHMANN, EM-EF	Rua Munhoz de Melo, 147	Conjunto Res.Grauna	(45) 2105-987099997-2726
EMÍLIO DE MENEZES, EM-EF	Avenida Mário Filho, 1252	Morumbi II	(45) 3521-955199997-2727
ÉRICO VERÍSSIMO, EM-EF	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	(45) 3521-972099997-2728
FREDERICO ENGEL, EM-EF	Avenida Ayrton Senna, 2245	Jardim Copacabana	(45) 2105-976699997-2772
GABRIELA MISTRAL, EM-EF	Rua Tubarão, 40	Jardim Lancaster	(45) 3521-976299997-2777
IRIO MANGANELLI, EM-EF	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	(45) 3521-985599997-2800
JARDIM NAIPI, EM-EF	Rua Vicente Celestino, 300	Jardim Guarapuava	(45) 3521-973699997-0498
JOÃO ADÃO DA SILVA, EM-EF	Rua Júlio Brecher, 450	Lagoa Dourada	(45) 3521-953799997-3534
JOÃO DA COSTA VIANA, EM-EF	Rua Mundaú, 340	Lot.Três Lagoas	(45) 2105-958399997-3223
JOÃO XXIII, EM-EF	Rua José Carlos Pace, 304	Morumbi I	(45) 3521-955699997-2827



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.foz.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>

ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6

7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.foz.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

JORGE AMADO, EM-EF	Rua Antonio Alves, 600	Cidade Nova II	(45) 3521-9788 98401-6113
JULIO PASA, EM-EF	Rua Espírito Santo, 1226	Vila Matilde	(45) 3521-9548 99997-2829
MONTEIRO LOBATO, EM-EF	Rua Ângela Aparecida Andrade, 145	Foz do Iguaçu Parte II	(45) 3521-9886 99997-2882
NAJLA BARAKAT, EM-EF	Rua Joaquim Montegute, 460	Jardim Itaipu	(45) 3521-9800 99997-2888
OLAVO BILAC, EM-EF	Avenida ÍrioManganelli, 2425	Gleba Guarani	(45) 2105-9844 99942-7313
OLIMPIO RAFAGNIN, EM-EF	Rua Luz Marina, 32	Parque Imperatriz	(45) 3521-9872 99957-8822
OSVALDO CRUZ, EM-EF	Rua Ocuí, 321	Lot.João Paulo II	(45) 3901-3385 99997-2900
PADRE LUIGI SALVUCCI, EM-EF	Rua Fortaleza, 45	Vila "C" Nova	(45) 2105-9728 99997-2928
PAPA JOÃO PAULO I, EM-EF	Rua Humaitá, 16	Jardim Itamarati	(45) 2105-9734 99997-2929
PONTE DA AMIZADE, EM-EF	Av. Tancredo Neves, 3159	Jardim Jupira	(45) 3521-9865 99973-0565
PRES.GETÚLIO VARGAS, EM-EF	Rua Sempre Viva, 347	Vila Adriana I	(45) 3521-9575 99997-2930
PRINCESA ISABEL, EM-EF	Avenida das Cataratas, 8025	Imóvel Cataratas Gleba 2	(45) 2105-9515 9141-3962
PROF.BENEDICTO J. CORDEIRO, EM-EF	Rua Tapuias, 193	Jardim Tarobá	(45) 2105-9542 99997-2999
PROF.PEDRO V. PARIGOT DE SOUZA, EM-EF	Rua Benjamim Constant, 493	Centro	(45) 3521-9819 98401-6276
PROF.ELENICE MILHORANÇA, EM-EF	Rua Di Cavalcanti, 523	Jardim America	(45) 3521-9771 99997-3003
PROF.JOSINETE H.A .SANTOS, EM-EF	Avenida Paraná, 5221	Vila A	(45) 2105-9518 99997-3029
PROF.LUCIA MARLENE P. NIERADKA, EM-EF	Rua Major Acylino Castro, 130	Vila Yolanda	(45) 3521-9888 99957-8833
PROF.ROSÁLIA DE AMORIM SILVA, EM-EF	Rua Cacique, 883	Jardim Canadá II	(45) 3521-9821 99997-3030
PROF.SUZANA MORAES BALEN, EM-EF	Rua Inacio dos Santos Benitez, 376	Jardim Nova Califórnia	(45) 3521-97829997-3031
SANTA RITA DE CASSIA, EM-EF	Rua Anita Malfatti, 500	Vila Perola	(45) 2105-9567 99997-3100
TRÊS BANDEIRAS, EM-EF	Rua João Câmara Filho, 320	Jardim Três Bandeiras	(45) 3521-9569 99997-3111



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.fz.ig.az.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>

ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6

7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.fz.ig.az.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

VILA SHALON, EM-EF	Avenida General Meira, 2008	Vila Shalon	(45) 3521-9810 99997-2627
VINICIUS DE MORAES, EM-EF	Rua das Rosas, 325	Jardim das Flores	(45) 3521-9540 99991-4664

CMEI	ENDEREÇO		TELEFONE
AMINA BARAKAT CMEI	Rua Planalto, s/nº	Jardim Itaipu	(45) 3521-9536 99907-4420
AMOR PERFEITO CMEI	Rua Zulema de Araújo Frasson, s/n	Cidade Nova II	(45) 2105-9541 99973-0797
ANTONIO F. DAMIÃO NETO CMEI	Rua Francisco de Sá, 70	Jd. Curitiba II	(45) 3521-9758 99854-5012
ARIANO VILAR SUASSUNA CMEI	Rua Golfinho, 2070	Parque Ouro Verde	(45) 2105-9813 99973-0826
BÁRBARA MATOS JANUÁRIO CMEI	Rua Cisne, 1510	Morumbi III	(45) 2105-9832 99997-4600
BRAIZ DE MOURA CMEI	Avenida Julio Carneiro Portes, 250	Jardim Jupira	(45) 2105-9535 98423-3144
CAMPOS DO IGUAÇU CMEI	Rua Capibaribe, 1695	Campos do Iguaçu	(45) 3521-9784 99973-0521
CARLOS GAUTO CMEI	Rua João Alfredo Müller, 279	Vila São Sebastião	(45) 3521-9848 99973-0522
CELESTE SOTTOMAIOR CMEI	Rua Londrina, s/nº	Jardim Paraná	(45) 3521-9592 99973-0953
CLAUDIO DA SILVA LOURENÇO CMEI	Rua Pedro Francisco Keru, 50	Sol de Maio	(45) 3521-9857 99973-0585
COMENDADOR PEDRO JACOB LAKUS CMEI	Rua Franco Velasco, 285	Três Bandeiras	(45) 3521-9876 98401-6133
DOM OLIVIO AURELIO FAZZA CMEI	Av. Tancredo Neves, 4203	Porto Belo	(45) 2105-9896 99907-5410
ELFRIDA KELLER CMEI	Rua das Papoulas, 525	Jardim Bourbon	(45) 2105-9502 99973-0599
FLOR DE ACACIA CMEI	Rua Ângela Apª de Andrade, 945	Jardim Califórnia	(45) 2105-9571 99973-0623
FLOR DE LIS CMEI	Rua "O", 655	Vila "C" Nova	(45) 2105-9590 99973-0629
GUILHERME AUGUSTO TERRES SANTOS CMEI	Rua Tenente Eduardo Olmedo, 1060	Morumbi II	(45) 3901-3219 98424-2894



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d



18 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.ig.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.ig.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d>

INÁCIA MENEZES DOS SANTOS CMEI	Rua Pompeu de Toledo, s/nº	Morumbi I	(45) 3901-3297 99973-0631
JOÃO DE AQUINO CMEI	Rua Oscar Alfredo Franco, 27	Jardim Santa Rita	(45) 2105-9585 99973-0681
JOSE BENTO VIDAL CMEI	Rua Vila Velha, s/nº	Conjunto C	(45) 3521-9501 99957-8866
JULIA FERRAIS CMEI	Rua Saracura, 202	Portal da Foz	(45) 3521-9599 99973-0702
LINDÓIA CMEI	Rua Foz do Areia, 233	Jardim Lindóia	(45) 2105-9746 99973-0647
MAMÃE AGENORA CMEI	Rua Palometa, 305	Ouro Verde	(45) 2105-9808 99973-0730
MARICOTA BASSO CMEI	Rua Airton Ramos, 521	Jardim São Paulo	(45) 2105-9830 99973-0823
NOVO HORIZONTE CMEI	Rua Luiz Carlos A. Pinheiro, 434	Jardim Novo Horizonte	(45) 2105-9812 99126-2391
OSVALDO GOCH CMEI	Rua Ronie Peterson, 120	Vila Borges	(45) 3521-9839 99973-0866
OURO VERDE CMEI	Rua Ágata, 367	Parque Ouro Verde	(45) 2105-9840 99973-0878
OZIREZ SANTOS CMEI	Rua Amor Perfeito, 417	Conj.Hab. Buba	99997-4442
PINGO DE GENTE CMEI	Av. República Argentina, 6445	Cohapar III	(45) 2105-9789 99973-0845
PROF. ELAINE BERNARDES RIBEIRO CMEI	Rua Tigre, 100	Jardim Buenos Aires	(45) 3521-9792 98423-3146
PROF. HELEY DE ABREU SILVA BATISTA CMEI	Rua Humberto Machado, 180	Imóvel FI - Parte II	(45) 2105-9554 -
PROF. NÍDIA BENITEZ CMEI	Rua Etelvina Bordinhão Santos, 85	Vila Solidária	(45) 3521 9553 99823-1813
PROF. NILVA DE JESUS CMEI	Rua Bento Gonçalves, 594	Jardim Karla	(45) 2105-9843 99973-0902
PROF. ONIRA CAPRINI PAIZ CMEI	Rua Jacomo Savaris, 955	Jardim São Roque	(45) 2105-9809 99957-8788
PROF. SIMONE WALQUIRIA GRIGNET CMEI	Avenida Andradina, 3090	Jardim Almada	(45) 2105-9797 99820-0829
PROF. VANDERLI BERTACCHINI MOREIRA CMEI	Rua Paulino Ferreira, 295	Vila Boa Esperança	(45) 3521-9529 99907-6543
PROF. VIVIANE JARA BENITEZ	Rua Angatuba s/n	Três Lagoas	(45) 98402-4673



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



19 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.ig.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.ig.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

RAMONA RODRIGUES DOTTO CMEI	Rua Emílio de Menezes, 1689	Jardim América	(45) 2105-9509 99973-0914
ROSA CIRILO DE CASTRO CMEI	Rua Pirapitinga, 352	Profilurb II	(45) 2105-9793 99973-0928
RUBEM AZEVEDO ALVES CMEI	Rua Jorge Sanways, 4627	Jardim São Paulo	(45) 3521-9534 99907-7480
SÃO FRANCISCO CMEI	Rua Canindé, 1215	Morumbi II	(45) 3521-9730 99973-0714
SOLDADINHO DE CHUMBO CMEI	Travessa Bagre, s/n	Profilurb I	(45) 2105-9713 99973-0932
TRÊS LAGOAS CMEI	Rua Camorim, s/nº	Três Lagoas	(45) 3521-9717 99973-0937
VICTORIO BASSO CMEI	Rua Engenho Novo, 299	Parque Imperatriz	(45) 2105-9879 99957-8844
VILA ESMERALDA CMEI	Rua Potiguaras, 15	Vila Esmeralda	(45) 2105-9772 99957-8855
ZILDA ARNS NEUMANN CMEI	Rua Barão da Serra Negra, 2169	Morumbi II	(45) 3901-3218 98402-6347

CENTRO ESCOLA BAIRRO	ENDEREÇO		TELEFONE
ARNALDO ISIDORO DE LIMA, CEB	Rua D, 520	Vila C	(45) 3901- 340198401-6115
CLÓVIS CUNHA VIANA, CEB	Rua Julio Brecher, 450	Lagoa Dourada	(45) 2105-9878 99907-8410
DARCI ZANATA, CEB	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	(45) 2105-9822 99962-9041
ÉRICO VERISSÍMO, CEB	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	(45) 3525- 187699997-3377
FRANCISCO BUBAS, CEB	Rua Amor Perfeito, s/nº	Jardim das Flores	(45) 3901-3289 98401-6125
LEONEL BRIZOLA, CEB	Rua João Ricieri Maranh, 388	Três Lagoas	(45) 3901- 327099122-0272

**5.21. LAUDOS FÍSICO QUÍMICO, MICROBIOLÓGICOS, MICROSCÓPICOS:** poderão ser solicitados em qualquer tempo durante as entregas dos alimentos nas amostras direcionadas pela divisão de alimentação escolar, como também poderão ser realizados por meio de acordo de



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>





cooperação técnica com instituições capacitadas.

**5.22.** A contratada deverá entregar o objeto no local indicado neste termo em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

**5.23.** Todos os materiais serão conferidos no momento da entrega, e se a qualidade e/ou quantidade não corresponder às especificações exigidas, a contratada terá o prazo de 24 horas para sanar os vícios apontados e apresentar declaração de substituição do produto, sendo eventuais novos custos de frete a cargo da contratada, conforme orientações contidas na Instrução Normativa 01/2022-SMED, em anexo.

**5.24.** O resultado que se presente produzir é a entrega de objetos coerentes ao descritivo técnico e aptos a sanar a demanda da Administração Municipal, e por isso, será devolvido ao fornecedor objeto licitado caso este seja entregue em qualidade duvidosa ou inferior à contratada, podendo acarretar-se, conforme análise da Administração, à aplicação de penalidades à empresa licitante, dentre as quais pode a referida empresa ser suspensa do direito de contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR.

**5.25.** O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, pela má qualidade ou divergência na descrição que venha ser constatada em momento posterior.

#### • Da Logística Reversa

**5.26.** Garantir a disponibilização de recipientes adequados para o acondicionamento das embalagens nas unidades escolares, em quantidade suficiente e de fácil utilização.

**5.27.** O fornecedor é integralmente responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação ambientalmente adequada das embalagens de seus produtos.

**5.28.** Informar claramente a composição das embalagens e as instruções para o seu correto descarte.

**5.29.** Comprovar o cumprimento de todas as legislações ambientais pertinentes à logística reversa, incluindo licenças e autorizações necessárias para as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato/Ata de registro de preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



21 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**6.8.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.9.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**6.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.10.4. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções, o qual será conduzido pela comissão designada nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso.

**6.11.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.13.** Notificar a contratada quando da não execução do objeto em questão, seja pelo atraso nas entregas/não atendimento aos cronogramas informados, previamente à entrega, pela Divisão de Alimentação Escolar, seja pela má qualidade dos produtos entregues, não atendendo às especificações.

**6.14.** As nutricionistas da SMED, responsáveis pela elaboração do cardápio e controle da qualidade da alimentação escolar, acompanharão o processo de preparo das refeições, bem como também a qualidade dos produtos, desde o início da produção *in loco* até a sua distribuição/entrega, podendo inclusive solicitar ao fiscal a **notificação imediata** dos fornecedores que **não atenderam às especificações previstas neste termo de referência**.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



23 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

## 6.15. Gestor e Fiscal de Contrato

Gestor de Contrato	Leticia Possato Ghelere
Fiscal de Contrato Técnico	Emanuelle Ruppel Saldivar
Fiscal de Contrato Administrativo	Luciane da Silva Oliveira

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### • Do Recebimento

7.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:

- provisoriamente**, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

7.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

7.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

7.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.

7.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



24 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**7.9.** O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.10.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.11.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.12.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.13.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.14.** Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.15.** Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.16.** Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.17.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d>



teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

• **Liquidação**

**7.21.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.22.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

**7.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.23.1. O prazo de validade;
- 7.23.2. A data da emissão;
- 7.23.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5. O valor a pagar; e
- 7.23.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.24.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**7.25.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.26.** A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.27.** Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



26 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**7.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.29.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### • Prazo de Pagamento

**7.31.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**7.32.** Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

**7.33.** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

**7.34.** Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

#### • Forma de pagamento

**7.35.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.36.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.37.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.38.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.39.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### • Do Critério de Reajuste/Repactuação



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

**7.40.** O contratado sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para fins de reajuste.

**7.41.** Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

**7.42.** A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### • Qualificação Técnica

**8.1.** Seleção do fornecedor: será contratado o fornecedor que participe do procedimento licitatório, apresente proposta compatível com o descritivo técnico do termo de referência e ofere o menor preço para a contratação.

**8.2.** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s)

**8.2.1.** O atestado de capacidade é o instrumento utilizado para avaliar a experiência das proponentes no relacionamento com órgãos e instituições públicas ou privadas. Seu objetivo é garantir que a contratação seja realizada com fornecedores que comprovadamente possuem experiência na execução de objeto semelhante ao pretendido. Além disso, o atestado comprova a capacidade logística da empresa licitante, especialmente no que se refere à quantidade e ao prazo de fornecimento, contribuindo para mitigar riscos de interrupções na prestação dos serviços e evitar prejuízos à Administração Pública.

**8.3.** A empresa licitante deverá apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em nome da própria empresa. Este documento é obrigatório para todos os itens licitados, com especial atenção aos itens mencionados no subitem 5.4 deste Termo de Referência.

**8.4.** Caso a empresa esteja dispensada da apresentação de Alvará de Funcionamento, deverá apresentar documento oficial emitido pelo órgão competente que comprove a referida dispensa, ou declaração formal, sob as penas da lei, informando que a atividade exercida não exige a emissão do referido alvará, acompanhada da legislação ou norma que fundamente tal dispensa.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 659.395,50 (seiscentos e cinquenta e nove mil



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

e trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

- a) **12.01.12.306.0600.2116.3.3.90.32-1.107–MDE/Salário Educação–Exercício Corrente;**  
b) **12.01.12.306.0600.2116.3.3.90.32-1.134–PMFI/FNDE–Merenda Escolar.**

**10.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Foz do Iguaçu, 10 de fevereiro de 2026.

*Datado e assinado digitalmente*

### Elaborado por:

Matheus Miranda Deniz

Secretário de Escola

### Aprovado por:

Silvana Garcia André

Secretária Municipal de Educação



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d



29 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a81d>

ANEXO I

ENTREGA PRODUTOS PERECÍVEIS

Entrega: pelo fornecedor diretamente nas Escolas Municipais, Cmeis, Entidades Filantrópicas e Centros de Convivência Escola-Bairro

	PRODUTO	UNID	QUANTIDADE DE ENTREGA NOS CMEIS	QUANTIDADE DE ENTREGA NAS ESCOLAS	TOTAL	DIAS DE ENTREGA
1	Pão tipo brioche	Kg	600	1200	5000	Entrega abril e outubro de 2026
OBS: O ITEM PÃO TIPO BRIOCHE FRACASSOU NA COTA RESERVADA PARA ME EPP, DESTA FORMA A NECESSIDADE ATUAL É DE 1200KG						

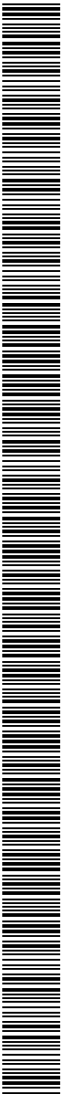


PREFEITURA  
**FOZ DO IGUAÇU**  
Secretaria da Educação  
Cidade que inspira e trabalha

30 / 31



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a811d>



ANEXO II  
MODELOS DE ROMANEIO

## Anexo II – Modelo de nota (romaneio) de entrega nas unidades escolares

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

SMED - Divisão de Alimentação Escolar

Logo da  
empresa

## TERMO DE RECEBIMENTO

UNIDADE ESCOLAR: ADELE ZANOTTO SCALCO (nome da escola/CMEI)

ROTA: PORTO MEIRA

Empenho : \_\_\_\_/18

Atesto que os (as) responsáveis abaixo receberam durante o período de \_\_\_\_/24 à \_\_\_\_/24 (semana) da empresa  
\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_ os produtos relacionados:

Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total	Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total
48,0000	KG	Nome do produto	12,8500	616,80	90,0000	KG	BANANA CATURRA	2,3400	210,60
									827,40

Neste termo os produtos entregues estão de acordo com projeto de venda de Gênero Alimentícios para a Alimentação Escolar  
totalizando o valor de \_\_\_\_

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ao) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição.

FOZ DO IGUAÇU, 16 de ABRIL de 2024.



## Anexo II – Modelo de nota (romaneio) de entrega nas unidades escolares

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

SMED - Divisão de Alimentação Escolar

Logo da  
empresa

## TERMO DE RECEBIMENTO

UNIDADE ESCOLAR: ADELE ZANOTTO SCALCO (nome da escola/CMEI)

ROTA: PORTO MEIRA

Empenho : \_\_\_\_/18

Atesto que os (as) responsáveis abaixo receberam durante o período de \_\_\_\_/24 à \_\_\_\_/24 (semana) da empresa  
\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_ os produtos relacionados:

Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total	Quant	Und	Produto	Valor Unit.	Total
48,0000	KG	Nome do produto	12,8500	616,80	90,0000	KG	BANANA CATURRA	2,3400	210,60
									827,40

Neste termo os produtos entregues estão de acordo com projeto de venda de Gênero Alimentícios para a Alimentação Escolar  
totalizando o valor de \_\_\_\_

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está(ao) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição.

FOZ DO IGUAÇU, 16 de ABRIL de 2024.



Autenticado com senha por TATIANE FERREIRA BRILL - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR - 10/02/2026 às 11:39:13, SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 10/02/2026 às 11:40:30 e MATHEUS MIRANDA DENIZ - SIGNATÁRIO - 10/02/2026 às 11:41:44  
Documento Código: ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6 - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **373/2026**

Assunto: **TR - FRACASSADOS MERENDA**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**  
**ddb54017-2785-4841-891e-42536a0eb1a6**

**Hash do Documento**

**FCB24D30F5BDA7182617187E8545E9AEC884463E35CE34D2D6BCB1920FD8228E**

### Anexos

TR COMPRAS.pdf - **6f827ebe-5f11-4e17-80f1-63f968ea88b3**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/02/2026 é(são) :

MATHEUS MIRANDA DENIZ (Signatário) - CPF: \*\*\*38647900\*\* em 10/02/2026 11:41:44 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

TATIANE FERREIRA BRILL (Signatário) - CPF: \*\*\*56297997\*\* em 10/02/2026 11:39:13 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

SILVANA GARCIA ANDRE (Signatário) - CPF: \*\*\*25894987\*\* em 10/02/2026 11:40:30 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



### A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.





Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 20/02/2026 às 10:33:34 e SILVANA GARCIA ANDRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 20/02/2026 às 10:34:58  
Documento Código: 7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d - consulta à autenticidade em  
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025

No dia \_\_ de \_\_\_\_\_ do ano de 2023, na **Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, pessoa jurídica de direito público interno**, inscrita no CNPJ sob nº 76.206.606/0001-40, com sede à Praça Getulio Vargas, 260 - centro, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Joaquim Silva e Luna, foram registrados nesta ata as quantidades e os preços das empresas constantes no **item 2** da ata de registro de preços, resultantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de \_\_\_\_\_, especificado(s) no(s) item(ns) \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Termo de Referência, anexo \_\_\_\_\_ do edital de PE nº \_\_\_\_/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DAS EMPRESAS, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LICITANTE - CNPJ				
Item	Especificações	Qtd.	Marca	Valor unit.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Conforme grupos/itens **XXXXX do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial do município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em caso de prorrogação da ata, será renovado o quantitativo originalmente registrado.

6.1.2. Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial.



- 6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, serão registrados na ata os preços e os quantitativos dos adjudicatários, não sendo aceito quantitativo inferior ao solicitado no edital. Considerando a natureza peculiar do Sistema de Registro de Preços, que não impõe obrigação de contratação integral nem permite estimativas absolutas de demanda, a Administração admite que licitantes ofereçam quantidade inferior ao quantitativo máximo, obrigando-se apenas dentro do limite proposto. A medida visa preservar a competitividade, ampliar a participação de fornecedores com diferentes capacidades produtivas, mitigar riscos de inexecução e garantir maior segurança e robustez ao SRP.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP, no Diário oficial do Município e Portal da Transparência e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## 7. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. Após a homologação da licitação os licitantes mais bem classificados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, **no prazo de 3(três) dias úteis**, e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 7.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital:
  - 7.3.1. Para proceder a assinatura eletrônica do contrato/da Ata, o responsável, pela assinatura da Ata, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro:  
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>
  - 7.3.2. O Município enviará a Ata para assinatura da licitante no e-mail previamente cadastrado pela empresa, no link acima descrito, que deverá devolvê-lo assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sendo responsabilidade do licitante o seu cadastro no sistema indicado;
  - 7.3.3. O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não assinar o contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no edital e seus anexos.
- 7.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração, nos termos do item 15 do Edital.



7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d





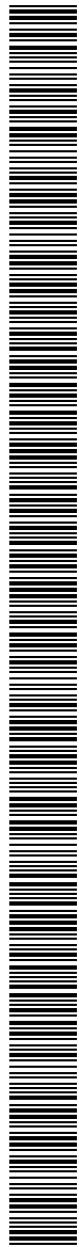
- 7.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, (o licitante poderá declinar se a validade de sua proposta estiver expirada) a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 7.5.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 7.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 7.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1 Os bens/serviços serão considerados como recebidos, de forma definitiva, após a execução da atividade prevista.
- 8.2 Em cada bem/serviço será realizado o controle de sua prestação contendo, no mínimo, as seguintes informações: data e horário da execução dos serviços ou entrega de bens, para quem o bem/serviço foi prestado/entregue, o número de diárias, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho e prazo de vigência do contrato.
- 8.3 Sempre que possível, o controle de prestação deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
- 8.4 Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser assinado pelos dois de acordo com as competências de cada.
- 8.5 A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.6 O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 8.7 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.8 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o controle de prestação de bem/serviço deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.9 Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



- 8.10 Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.11 Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto aos serviços contratados, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.13 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 8.14 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.
- 8.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.15.1 O prazo de validade;
  - 8.15.2 A data da emissão;
  - 8.15.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.15.4 O período respectivo de execução do contrato;
  - 8.15.5 O valor a pagar; e
  - 8.15.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 8.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.18 A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.19 Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente



sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 8.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 8.24 Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
- 8.25 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
- 8.26 Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.
- 8.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.30 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.31 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.32 O contratado sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o Índice Nacional De Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para fins de reajuste.



8.33 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

8.34 A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

## 9 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo será contado da apresentação da proposta, conforme disposto no Termo de Referência.

9.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

9.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.1.4 O órgão gerenciador avaliará o pedido de revisão e decidirá no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, observando os mesmos requisitos aplicáveis à revisão contratual definidos ao art. 296 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e 240 §§2º e 3º.

9.1.5 A formulação de pedido de revisão não suspende ou impede a execução dos contratos decorrentes da ata, sendo falta grave a não entrega em virtude de possível pedido formulado e ainda não decidido nos termos do §5º do art. 240 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

## 10 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas e o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.2 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a



alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 10.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 10.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 10.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.1.1 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 10.2.4 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 10.2.5 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 11.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 11.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 11.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 11.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 11.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 11.1.5 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 11.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 11.3.1 Por razão de interesse público;
  - 11.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 11.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **12 DAS PENALIDADES**

- 12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 12.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.





- 12.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.2.3, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 13 CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
- 13.2 Será admitida a alteração da marca proposta pelo fornecedor registrado, desde que o fornecedor justifique de maneira formal, à análise técnica da vantajosidade da substituição e, quando for o caso, à obrigatoriedade de redução do preço registrado e a nova marca atenda às especificações do termo de referência e seja aceito pelo órgão gerenciador, obedecido o regramento do art. 241 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata que depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Representante legal do Município e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

**Datado e assinado digitalmente**

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Joaquim Silva e Luna**  
**Prefeito Municipal**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: **12/2026**

Assunto: **REPUBLIÇÃO DE EDITAL DE PREGAO ELETRONICO - FRACASSADOS MERENDA**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**

**7b15a969-56f3-48b9-8585-1225177a8f1d**

**Hash do Documento**

**BA4038549B5EA1D04F0D68BA04A98A1F75339B9F0B15FDEEF34479BB5F3834AB**

## Anexos

MINUTA FRACASSADOS 09.03.pdf - **52e92203-bf68-488b-86a7-76f46ff2511e**

ITENS DA LICITAÇÃO.pdf - **6e4e6bff-a51e-45f9-9da8-8db986504e53**

4 TERMO DE REFERÊNCIA- Nº 373-2026.pdf - **11c24e06-73fb-49de-8a29-42eb3e036184**

MINUTA ATA DE REGISTRO POS PARECER.pdf - **92ec7785-4f8b-4513-b709-ed71fb8e8d45**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/02/2026 é(são) :

SILVANA GARCIA ANDRE (Signatário) - CPF: \*\*\*25894987\*\* em 20/02/2026 10:34:58 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: \*\*\*69692212\*\* em 20/02/2026 10:33:34 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



**A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:**

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

